

VERDE PARA SEMPRE: É PRECISO CONSOLIDAR ESSA PROPOSTA

Manuel Amaral¹, Katiuscia Fernandes² & Paulo Amaral³

O processo de discussão sobre criação de unidades de conservação de uso direto ganhou evidência nas últimas décadas no Brasil e foi internalizado nas agendas de políticas públicas. O debate evoluiu de uma reflexão sobre sua “viabilidade” (Alegretti, 1994) para tornar-se uma proposta efetiva de contenção ao desmatamento (Almeida, 1994). Os números do Conselho Nacional dos Seringueiros apontam a existência na Amazônia de 59 Reservas Extrativistas (ResEx) e 14 Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS), abrigando 143 mil pessoas e garantindo a proteção de 19,1 milhões de hectares de floresta (CNS, 2006). A partir da dificuldade em cumprir com a premissa de uso sustentável destas áreas, discutimos aqui a dinâmica de utilização dos recursos florestais no interior da Reserva Extrativista Verde para Sempre, localizada no município de Porto de Moz no Pará.

A ResEx Verde para Sempre, com aproximadamente 1,3 milhão de hectares, foi criada pelo decreto presidencial de 8 de novembro de 2004, com o objetivo de conter o avanço do desmatamento e da exploração madeireira predatória na região, além de garantir a regularização fundiária das comunidades. Entretanto, após um ano e oito meses de criação as comunidades que habitam o interior da ResEx relatam a continuidade do desmatamento e a atividade madeireira predatória. Este fato coloca em xeque toda estratégia em torno da criação da unidade de conservação, principalmente porque tem potencial para catalisar o aumento de conflitos socioambientais na região.

A realização deste estudo surge a partir da demanda de organizações de representação e apoio aos movimentos sociais de Porto de Moz, organizações não-governamentais, órgãos do governo, Ministério Público Federal e lideranças comunitárias do interior da ResEx.

Gerar informações sobre a situação do desmatamento no interior da ResEx, relacionando com a atividade madeireira antes e após o decreto de sua criação para subsidiar gestores e comunidades para qualificar ações de fiscalização e manejo de recursos florestais.

O estudo foi baseado em mapeamento e análise da dinâmica do desmatamento, abertura de estradas e cicatrizes de exploração madeireira através de imagens de satélites, confrontadas com sobrevôos à área.

Para definir a área da Reserva tomou-se como base as coordenadas do decreto de criação (www.ibama.org.br), e para a área de entrono considerou-se um raio de trinta quilômetros a

¹ Instituto Internacional de Educação do Brasil – IEB - manuel@iieb.org.br

² Instituto Internacional de Educação do Brasil – IEB - kfernandes@iieb.org.br

³ Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia

partir do perímetro da reserva. Para a análise da evolução do desmatamento, abertura de estradas e cicatrizes de exploração foi utilizada a interpretação visual, realizada na escala de 1:50.000. Uma série temporal de imagens do satélite Landsat (ETM) e CBERS foram utilizadas no estudo (Tabela 1).

Tabela 1. Datas de aquisição das imagens Landsat e CBERS.

| Sensor | Datas de aquisição | Órbita-Ponto/Tiles |
|--------------|---------------------------------------|--------------------|
| LANDSAT ETM+ | 22 de agosto e 09 de setembro de 2003 | 227/61 |
| | 07 de julho e 11 de novembro de 2004 | 227/62 |
| CBERS | 09 de março de 2005 | |
| | 10 de setembro de 2004 | |
| | 16 de julho de 2005 | 165/102; 165/102; |
| | 22 de junho de 2006 | 166/102; 166/103 |

O desmatamento acumulado até 2003 foi utilizado como referência para a análise da dinâmica do desmatamento, uma vez que neste ano toda a área da reserva foi mapeada pelo INPE no Programa De Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite-Prodes (www.prodes.gov.br). A imagem de referência foi georreferenciada com o mosaico GeoCover Landsat (<http://zulu.ssc.nasa.gov/mrsid/>). Todas as outras imagens foram registradas com base na imagem Landsat de 2003. O mapeamento do incremento do desmatamento a partir de 2003 e da atividade madeireira foi conduzido com imagens dos anos subseqüentes (Tabela 1) através da interpretação visual na escala de 1:50.0000

Os resultados revelam que o desmatamento e a atividade madeireira continuam crescendo no entorno e dentro da área da ResEx, mesmo depois do decreto de sua criação. Em 2005 foram desmatados 31,44 km², cerca de 42% a menos do que registrado em 2004 (54,06 Km²). Considerando que 2004 foi um ano onde o desmatamento foi acelerado, em função da expectativa em torno da criação de ResEx, esse número pode ser considerado elevado. Até junho de 2006 já se desmatou uma área de 18,30 Km² (5%) (Figura 2a).

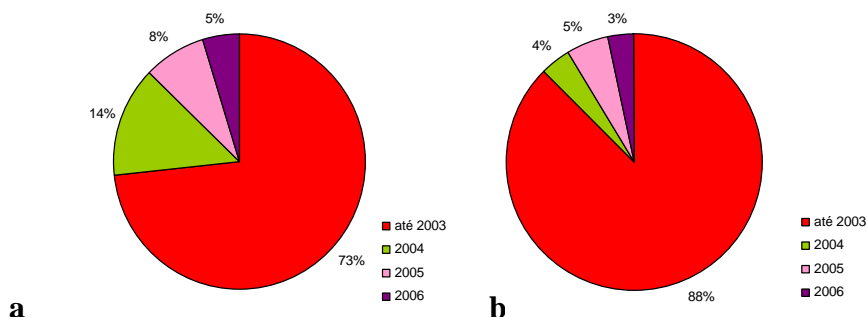


Figura 1 – percentagem anual de desmatamento: (a) dentro da ResEX; (b) na área de entorno

Como a maior parte do desmatamento é realizado no segundo semestre, quando as chuvas cessam na região, a área desmatada pode alcançar patamares superiores ao do ano anterior. Por outro lado, a área do entorno da ResEx apresentou uma evolução crescente da área desmatada. A área desmatada em 2004, 2005 e 2006 foram 60,84 Km², 86,96 Km² e 53,40 Km² respectivamente (figura 2b).

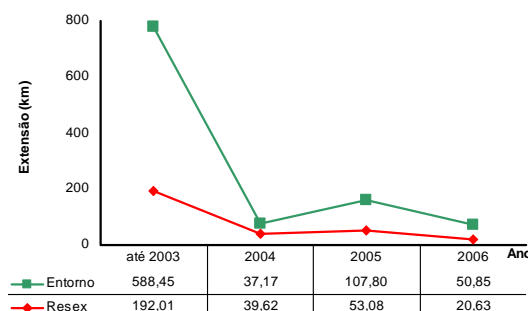


Figura 3 – Evolução de estradas não oficiais

A abertura de estradas clandestinas eleva mais a ameaça sobre a ResEx. Tem sido construída uma rede de estradas clandestinas que torna acessível e vulnerável grande parte de sua área. Somente em 2006, foram abertos 71,4 km de estradas que somam a uma extensão total de aproximadamente 1,086 km de estradas (Figura 3). É importante ressaltar que a maioria das estradas vêm de outros municípios como Altamira e Medicilândia e surgem a partir da Rodovia transamazônica (BR 230).

Outra análise realizada foi a detecção de cicatrizes de exploração madeireira. Considerando que as cicatrizes têm permanência de até dois anos nas imagens, sugere-se que houve extração de madeira nos dois últimos anos dentro (75,2km²) e no entorno (151 km²) da reserva.

Nesse contexto de diagnóstico da ResEx não poderíamos deixar de analisar a situação das comunidades tradicionais que ali residem. Na Verde para Sempre existem aproximadamente 100 comunidades locais, onde a maioria está localizada na região norte da ResEx, área com menor percentual de desmatamento. As análises mostraram somente 13% (51,45 km²) do desmatamento mapeado na região encontra-se em um raio de 5km das comunidades.

O modelo proposto de Reserva Extrativista é alvo de crítica de muitos intelectuais e políticos que questionam a possibilidade de uso sustentável dos recursos florestais por populações tradicionais. Dessa forma, torna-se necessário viabilizar estas áreas por meio de ações de fortalecimento das capacidades locais e mecanismos eficientes de gestão e fiscalização. No caso da ResEx Verde para Sempre, identificamos que o desmatamento

continua, principalmente na região Sul, área fora do alcance das comunidades. A simples destinação dessa área como de preservação e o aumento de fiscalização na região de entorno já poderiam fazer grandes diferenças e qualificar discussões internas sobre gestão.

O caso da ResEx Verde para Sempre serve como alerta para mostrar que a criação da ResEx não inibiu os interessados em explorar a floresta de forma depredatória. A escassez de recursos que promovam o desenvolvimento local e a falta de mecanismos para coibir usos ilegal e predatório tornam essa tarefa além das capacidades de organização dos grupos locais que heroicamente disputam com atores poderosos um modelo alternativo - e de uso sustentável - dos recursos florestais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEGRETTI, M.H. Reservas Extrativistas: Parâmetros para uma política de desenvolvimento sustentável na Amazônia. In: ANDERSON, A; ALEGRETTI, M.H.; M, A; CHWARTZMAN, S.; MENEZES, M.; MATTOSOS, R.; FLEISCHFRESSER, V.; ELIPPE, D.; WAWZYNIAC, V.; ARNT, R. *O destino da floresta; reservas extrativista desenvolvimento sustentável na Amazônia* (edição). Instituto de Estudos Amazônicos Ambientais. Fundação Konrad Adenauer. Rio de Janeiro, 1994. P. 17-47.

ALMEIDA, M. W.B. As reservas extrativistas e o valor da biodiversidade. In: ANDERSON, A; ALEGRETTI, M.H.; M, A; SCHWARTZMAN, S.; MENEZES, M.; MATTOSOS, R.; FLEISCHFRESSER, V.; FELIPPE, D.; WAWZYNIAC, V.; ARNT, R. *O destino da floresta; reservas extrativista e desenvolvimento sustentável na Amazônia* (edição). Instituto de Estudos Amazônicos e Ambientais. Fundação Konrad Adenauer. Rio de Janeiro, 1994. p.259-276.

CNS (2006). *Populações extrativistas da Amazônia: processo histórico, conquistas socioambientais e estratégia de desenvolvimento econômico*. Porto Alegre (mimeo).

<http://www.ibama.gov.br/> e <http://www.chicomendes.org/> - acessados em 20 de setembro

<http://www.ibge.gov.br/> - IBGE, Produção da Extração Vegetal e Silvicultura 2003 – acessado em 21 de setembro.